

O regime de 1964 e a gênese da UFMS: de Instituto Superior de Pedagogia a Campus do Pantanal, os primeiros desafios para a afirmação da Universidade cinquentenária

Wadia Schabib Hanny
Ahmad Schabib Hany

Resumo

Com base em depoimentos de pioneiros e pesquisa bibliográfica, este artigo visa resgatar a memória coletiva e, sobretudo, contribuir para a reflexão participativa sobre a trajetória cinquentenária do atual Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS). Recorremos à pesquisa qualitativa em fontes primárias (documentos e entrevistas semiestruturadas) e fontes secundárias (periódicos e estudos sobre a temática), em que realizamos as fases compilatória, correlatória e interpretativa do material levantado. Inicialmente, descrevemos o contexto histórico nacional e regional em que foi criado como Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá. A seguir, trilhamos pelas experiências compartilhadas por ex-professores para conhecermos um pouco dos desafios e conquistas dos pioneiros. Ao final, uma digressão: como este campus, próximo da Bolívia e distante dos centros decisórios, conseguiu sobreviver a desafios aparentemente intransponíveis e conquistas relevantes, apesar das inúmeras remoções de docentes e da reduzida solvência financeira?

Palavras-chave: Regime de 1964. Instituto Superior de Pedagogia. Campus do Pantanal.

Wadia Schabib Hanny

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS

E-mail: washany@yahoo.com.br

 <http://orcid.org/0000-0002-6796-6585>

Ahmad Schabib Hany

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS

E-mail: schabib2015@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5249-5565>

Recebido em: 01/04/2019

Aprovado em: 20/04/2020



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e62882>

Abstract

The 1964 regime and the genesis of UFMS: from Instituto Superior de Pedagogia to Campus do Pantanal, the first challenges for the affirmation of the fifty-year University

Based on testimony from pioneers and bibliographical research, this article aims to rescue collective memory and, above all, to contribute to participatory reflection on the fifty-year trajectory of Campus of Pantanal, Federal University of Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS). We used qualitative research in primary sources (documents and semi-structured interviews) and secondary sources (journals and studies on the theme), in which we carried out the compilation, correlative and interpretative phases of the material surveyed. Initially, we describe the national and regional historical context in which was created the Education Superior Institute. Then, let's go through the experiences shared by former professors to get to know some of the challenges and achievements of the pioneers. In the end, a digression: how did this campus, near Bolivia and away from the national decision-making centers, manage to survive to seemingly insurmountable challenges and relevant achievements, despite the numerous teacher removals and reduced financial solvency?

Keywords: 1964 regime. Higher Institute of Pedagogy of Corumbá. *Campus* of Pantanal.

Resumen

El régimen de 1964 y la génesis de la UFMS: de Instituto Superior de Pedagogía a Campus del Pantanal, los primeros desafíos para la afirmación de la Universidad cincuentenaria

En base a testimonios de pioneros e investigación bibliográfica, este artículo busca rescatar la memoria colectiva y, sobre todo, contribuir para la reflexión participativa sobre la trayectoria cincuentenaria del actual Campus del Pantanal de la Universidad Federal de Mato Grosso del Sur (CPAN/UFMS). Utilizamos la investigación cualitativa en fuentes primarias (documentos y entrevistas semiestructuradas) y fuentes secundarias (periódicos y estudios sobre el tema), en la que llevamos a cabo las fases de compilación, correlación e interpretación del material reunido. Inicialmente, describimos el contexto histórico nacional y regional en que el Instituto Superior de Pedagogía de Corumbá fue creado. A continuación, caminamos por las experiencias compartidas por ex profesores para conocer un poco de los desafíos y conquistas de los pioneros. Al final, una digresión: ¿cómo este campus, cerca de Bolivia y distante de los centros nacionales de decisión, logró sobrevivir a desafíos aparentemente insuperables y conquistas relevantes, a pesar de las innumerables remociones de docentes y de la reducida solvencia financiera?

Palabras claves: Régimen de 1964. Instituto Superior de Pedagogía de Corumbá. *Campus* del Pantanal.

Introdução

Instituição pioneira de nível superior em toda a região do Pantanal Mato-grossense, o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC), da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), foi uma conquista da coletividade corumbaense em pleno processo de implantação do regime de 1964. Teve como porta-voz o então recém-eleito governador do à época estado de Mato Grosso Pedro Pedrossian, que depois de empreender uma vitória acachapante sobre o candidato do regime Lúdio Coelho, conseguiu a proeza de eleger o candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena) Breno Medeiros Guimarães e derrotar o candidato favorito a prefeito Rômulo do Amaral, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mediante um processo eleitoral flagrantemente questionável, em que uma seção eleitoral na área rural não registrou um só voto para a oposição, nem dos fiscais e candidatos da localidade, conforme consta dos anais da Justiça Eleitoral do então estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, o presente artigo pretende contribuir para o resgate da memória coletiva e, sobretudo, a reflexão participativa da trajetória cinquentenária do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAN/UFMS), criado durante os anos mais tensos do regime de 1964 como um instituto isolado e que, dois anos depois, sob a nomenclatura de Centro Pedagógico de Corumbá, é vinculado à recém-implantada Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande. Ela contara inicialmente com cinco campi (Corumbá, Aquidauana, Dourados, Três Lagoas e Rondonópolis), além da Cidade Universitária em imponente complexo arquitetônico na cidade-sede. Por causa da divisão de Mato Grosso e da criação de Mato Grosso do Sul, com capital Campo Grande, a UEMT foi federalizada, tendo sido criada sua sucedânea, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que perdeu o Centro Universitário de Rondonópolis por ter ficado em território de Mato Grosso.

Com o objetivo geral de concatenar mediante análise o contexto histórico nacional e regional em que foi criado o atual CPAN/UFMS, e objetivos específicos de (a) compilar fatos ocorridos nos bastidores da pugna pela implantação dos primeiros cursos superiores de Corumbá, (b) correlacionar episódios/situações da política educacional/universitária com o processo de consolidação de um novo modelo político-econômico de caráter conservador estruturado na instalação de um regime de exceção com características próprias, e (c) interpretar depoimentos, relatos e análises de protagonistas, coadjuvantes e eventuais testemunhas de momentos marcantes da história/memória do CPAN/UFMS, de modo a construir um mosaico consistente capaz de oferecer subsídios para a chamada comunidade universitária da UFMS possa se apropriar criticamente desse acervo e venha a construir sua identidade dentro da necessária diversidade a ser estimulada, e não obviada como ocorreu nos primórdios da instituição.

Entendemos a relevância deste artigo por três razões centrais: a) a oportunidade da coleta de depoimentos de pioneiros que estão dispostos a oferecer generosamente sua memória, seu testemunho e,

sobretudo, sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no âmbito do CPAN/UFMS; b) a necessidade da disponibilização destes depoimentos, relatos e/ou testemunhos, em espaço cativo e acessível, para que a comunidade universitária e a sociedade sul-mato-grossense, responsável pela realização deste sonho, possa fazer ideia da dimensão dessa conquista, e c) o sentido histórico, a impostergabilidade, da construção de uma sólida identidade embasada na trajetória real dos protagonistas e coadjuvantes rumo a uma produção científico-tecnológica consentânea com as demandas dos diversos segmentos populacionais, historicamente alijados do processo de empoderamento e de modernização de um Estado marcado pela exclusão.

Recorremos, para o desenvolvimento do artigo, à pesquisa qualitativa em fontes primárias – documentos e entrevistas semiestruturadas – e secundárias – periódicos e estudos sobre a temática –, em que realizamos as fases compilatória, correlatória e interpretativa do material. Inicialmente, fazemos descrição analítica do contexto histórico nacional e regional em que foi criado como Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC). A seguir, apresentamos um mosaico com experiências compartilhadas por ex-professores para conhecermos um pouco dos desafios e conquistas dos pioneiros. Ao final, como digressão, indagamos como este campus, próximo da Bolívia e distante dos centros decisórios, conseguiu sobreviver a desafios aparentemente intransponíveis e empreender conquistas relevantes, apesar das inúmeras remoções de docentes e da reduzida solvência financeira.

O contexto histórico

Em nível nacional

Eram tempos cruentos, de medo, incertezas e desesperança. Mal havia sido deposto o presidente João Belchior Marques Goulart, a falta de unidade política causou desgastes aos novos ocupantes do Palácio do Planalto. Os líderes do movimento de 1964 protagonizavam, já em 1967, sua primeira grande crise, em que saíra vitoriosa a chamada linha-dura, por meio da ascensão do marechal Arthur da Costa e Silva ao cargo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que falecera, quatro meses depois de ter deixado a presidência, na colisão do monomotor em que viajava com um caça da esquadrilha da fumaça, nas circunvizinhanças de Fortaleza, sua terra-natal (KORNIS, 2009; GASPARI, 2002a).

A disputa renhida entre os poucos líderes civis, como os ex-governadores Carlos Frederico Werneck de Lacerda, da Guanabara, e José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, pela candidatura à presidência da República pela UDN em 1966, arranhara o frágil arranjo político entre militares de diferentes correntes ideológicas e os desacreditados líderes civis do movimento. Nesse meio-tempo, Castelo Branco entregara a uma comissão de juristas a elaboração de um projeto de Constituição Federal de acordo com o pensamento que parecia ser reinante entre os ocupantes do Planalto, além de fazer aprovar uma nova Lei de Imprensa e

uma nova Lei de Segurança Nacional, bem aos moldes da Doutrina da Segurança Nacional, emanada pelo Colégio Interamericano de Washington, que nortearia todos os governos do ciclo militar (de 1964 a 1985). Entretanto, cada dia o chefe do Executivo estava mais isolado em seu gabinete (TRAMARIM, 2006; KORNIS, 2009; REIS, 2009; GASPARI, 2002a; AMORIM, 2015).

Não era para menos. A primeira experiência do regime com as urnas, em 1965, ainda com as velhas lendas, “depuradas” de líderes considerados inconvenientes pelo Planalto, não fora muito feliz. Sobretudo em Minas Gerais, com Israel Pinheiro da Silva, e na Guanabara, com Francisco Negrão de Lima, ambos apoiados por setores oposicionistas. Em Mato Grosso, não fora muito diferente, pois Lúdio Martins Coelho, da UDN, sofrera derrota acachapante de Pedro Pedrossian, do PSD, o que lhe custou a pecha de ter recebido apoio dos “comunistas” em sua campanha (QUARTI, 2009; TRAMARIM, 2006; GASPARI, 2002a; AMORIM, 2015).

“Comunistas”, aliás, eram vistos por todas as partes. Até mesmo dentro do próprio governo “revolucionário”, como se autointitulavam seus líderes (“Revolução de 31 de Março” era a autodenominação do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964). À medida que se cindia o aparente monólito núcleo de poder de um país de dimensões continentais, qualquer desafeto era estigmatizado pelo adjetivo pejorativo assinalado no início deste parágrafo, de modo que a sua sorte estava selada (isto é, sua vida civil, ou carreira política, definitivamente execrada). Foi desse modo que Severo Fagundes Gomes, empresário bem sucedido, dono da centenária fábrica de cobertores Parahyba, instalada por seus ancestrais em São José do Rio Preto (SP), ex-ministro da Agricultura de Castelo Branco e da Indústria e Comércio de Ernesto Geisel, cai em desgraça e é rotulado de “comunista” por suas posições nacionalistas e por divergir dos métodos pouco republicanos praticados por assessores invisíveis que queriam mandar mais que o chefe do Executivo, ainda que fosse marechal com relevantes serviços prestados ao Brasil (MALIN & COSTA, 2009; MORENO, 2012; VENTURA, 1988; GASPARI, 2002a; AMORIM, 2015).

Uma tentativa malograda de realizar o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) num convento de frades dominicanos em Minas Gerais, em 1966, foi capaz de mobilizar um massivo contingente de cinco mil militares do Exército e da Polícia Militar, como estamparam jornais mineiros e a imprensa nacional. Curiosamente, o número de estudantes era infinitamente inferior a esse, cujas características físicas mais lembravam jovens esqueléticos muito motivados, mas sem qualquer poder ofensivo à segurança nacional. Porém, o fato de o evento ter sido sediado no interior de um espaço da Igreja Católica, cujos dirigentes conservadores dois anos antes, na véspera do golpe, tinham colaborado decisivamente com diversas edições da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ganhou repercussão inimaginável junto ao núcleo político do regime, em franco endurecimento (ARAÚJO, 1995; VENTURA, 1988).

Nesse congresso estudantil, o campo-grandense Altino Rodrigues Dantas Júnior, ex-presidente da UNE, foi exibido como “troféu de guerra”, e bravamente defendido pelo então juiz-auditor da Justiça

Militar da 9ª Região Plínio Barbosa Martins, irmão do deputado cassado da UDN (e depois do MDB) Wilson Barbosa Martins. Esse episódio ganhou relevância política porque fez estremecer, no seio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de outras entidades da sociedade civil brasileira, o até então aparente monolitismo favorável ao novo regime. No entanto, setores recalcitrantes do regime, insatisfeitos com a postura de Plínio Martins nesse caso e no do Padre François Jacques Jentel, enviaram denúncia por meio do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, com base em informe da Superintendência de Campo Grande (MT), ao ministro da Justiça para a sua cassação (COSTA, 2009; BRASIL, 2013, p.92).

Nos Estados Unidos a Guerra do Vietnã levava a juventude à rebeldia e na Europa ocidental os heróis conservadores da Segunda Guerra Mundial como Charles De Gaulle e Hans-Christoph Seebohm convulsionavam as novas gerações desencantadas com a insólita intervenção soviética à Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, rumo à sociedade alternativa (ou contracultura). No Brasil, a derrota da guerrilha na vizinha Bolívia e execução de seu líder carismático Ernesto Che Guevara, argentino que integrou o primeiro governo cubano pós-1959 ao lado de Fidel Castro e Camilo Cienfuegos, com a evidente intervenção de tropas estadunidenses em outubro de 1967, instigou parte da juventude engajada a integrar a resistência armada ao regime e aos grupos paramilitares como o Esquadrão da Morte (EM) e Operação Bandeirantes (Oban). Contudo, não foi uma decisão unânime: expressivos setores de esquerda se mantiveram contrários ao que chamavam de ações suicidas e de que faziam o jogo da ditadura. Mas foi a gota d'água para a já previsível fascistização do comando político e o distanciamento do país da normalidade democrática (VENTURA, 1988; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015).

Além de infindáveis listas com a cassação de políticos da dimensão dos ex-presidentes da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e Jânio da Silva Quadros (este confinado em Corumbá por três meses) e de líderes mato-grossenses de reputação ilibada como Wilson Barbosa Martins e Wilson Fadul, a mesma imprensa que saudara e promovera o regime passara a experimentar, em 1968, a volta da censura. Pela ânsia de passar ao cidadão comum a sensação de que tudo estava “sob controle”. Nem o ex-governador Carlos Lacerda, líder civil do golpe, escapara da autofagia dos novos detentores do poder: fora cassado por ousar formar a Frente Ampla, de modo a romper com o “bipartidarismo” instituído pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), em que surgiram partidos sem história, como Arena (Aliança Renovadora Nacional, de apoio incondicional aos mandarins de plantão) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro, a “oposição confiável”) (GASPARI, 2002b; VENTURA, 1988; GASPARI, 2002a; AMORIM, 2015).

Agravamento da tensão política e aprofundamento da divisão entre civis de diferentes correntes e de militares institucionalistas e os da “linha-dura”, que estavam aparentemente representados por Costa e Silva, tornam o ambiente político insustentável. Por outro lado, os opositores mais críticos do regime passam a apostar na mobilização popular para barrar as cassações e o endurecimento do regime. Nesse fogo-cruzado, o segundo chefe do Executivo começa seu isolamento em seu gabinete no Planalto, quando

é divulgada nota de que “fora acometido de uma forte gripe” – e que internamente era tratada como uma trombose –, fato que o leva a um impedimento de seis meses antes do anúncio de sua morte (LEMOS, 2009; GASPARI, 2002b; VENTURA, 1988; AMORIM, 2015; GOMES, 1977).

O endurecimento do regime levou à radicalização da oposição, antes institucionalista e tímida, depois ativa e ousada. Única legenda permitida, tida até então como “confiável”, o MDB passa a consolidar-se como uma frente democrática, em que seus membros integram diferentes blocos, como “autênticos”, “moderados”, “adesistas” etc. Isso tem um custo alto: os líderes mais combativos passam a sofrer algum tipo de retaliação, como os deputados Rubens Beyrodt Paiva – levado de casa à noite para prestar depoimento, desaparece depois de ter estado nas temidas instalações do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgãos ligados ao Exército, e seu corpo não mais é encontrado –, Hermano de Deus Nobre Alves e Márcio Emanuel Moreira Alves – que, como líder do MDB, fez um pronunciamento incisivo contra a ocupação da Universidade de Brasília (UnB) por tropas do Exército, o que serviu de pretexto para que os assessores mais duros de Costa e Silva pedissem à Câmara dos Deputados que desse licença para processá-lo por ofensa às Forças Armadas, mas que, pela negativa da Câmara Federal, convenceram o chefe do Executivo a fechar o Congresso Nacional para cassar deputados da oposição, editar o Ato Institucional nº 5, decretar a aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e acabar com a inviolabilidade domiciliar e o instituto do *habeas corpus* como garantia individual para qualquer detenção (LEMOS, 2009; GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

As motivações centrais de 1964 só se materializariam em 1969, quando uma Junta Militar se afirmou como expressão autêntica dos artífices da ruptura constitucional, tendo à frente o general Emilio Garrastazu Médici, o mais duro da linha-dura. Então, o ministro do Trabalho, mais tarde da Educação e Cultura, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, ao lado do também coronel Mário David Andreazza, dos Transportes, fazia o papel de porta-voz para a sociedade civil. Nesse contexto, a recém-outorgada Constituição de 1967 sofreu profundas alterações com a Emenda Constitucional de 1969, na verdade, uma nova Constituição, feita à imagem e semelhança da linha-dura, que tomara para si o comando do poder (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

Passarinho, bastante hábil e sem farda, usava todos os seus argumentos para vender a ideia de que o acordo secreto, realizado em 1966, entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), era necessário e benéfico para o Brasil. Por conta disso, foram realizadas duas reformas para revogar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 4.024/1961), a toque de caixa e sem a participação dos segmentos sociais interessados: a Lei da Reforma Universitária (Lei Federal nº 5.540/1968) e a Lei de Diretrizes de Bases do Ensino de 1º e

2º Grau (Lei Federal nº 5.692/1971) (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

Entre as principais mudanças introduzidas pela Lei da Reforma Universitária estão o fim da autonomia universitária, conquista histórica da comunidade acadêmica, e a mutação das universidades públicas em fundações, mantidas como empresas com fins lucrativos com o pretexto de não serem deficitárias. O anúncio dessas medidas causou tanta indignação no meio universitário, unindo docentes, servidores, alunos e intelectuais contrários ao projeto do regime, que anunciara o aumento do bandejão nos refeitórios universitários, mantidos pelo MEC. Uma mobilização, inimaginável naqueles tempos de chumbo, eclode e rompe o medo. Milhares de manifestantes tomam as ruas do Rio de Janeiro, e a tentativa de repressão por tropas da Polícia do Exército causa a morte de um jovem estudante, Edson Luiz de Lima Souto, no Restaurante do Calabouço, administrado pela União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

A tragédia serviu como estopim para a eclosão de uma série de manifestações juvenis em todo o país, inclusive com o engajamento de universitários e intelectuais nas hostes de resistência à ditadura. A tensão aumenta quando o governador carioca Negrão de Lima apoia a histórica Passeata dos Cem Mil, em resposta à repressão e à morte de Edson Luiz, e da qual participaram intelectuais moderados, que até então não se haviam posicionado publicamente contra o regime cada vez mais autoritário e intolerante. O governo de Costa e Silva entra para a história como truculento e draconiano, pois não permitia o diálogo nem a liberdade: a invasão ao Congresso Nacional dos Estudantes em Ibiúna (SP), com a prisão, cassação e desaparecimento de seus dirigentes (entre eles Honestino Guimarães, então presidente da UNE), o fechamento do Congresso Nacional para cassar deputados da oposição, a decretação da aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal e a outorga do temido Ato Institucional nº 5 (AI-5) marcam o desfecho de um governo vitimado por si mesmo (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

Melhor articulado, Médici consegue desenvolver uma agenda propositiva, valendo-se para isso de uma propaganda sórdida, de perfil fascista. Marchinhas do tipo “Este é um país que vai pra frente” (composta e interpretada pela banda “Os Incríveis”, da Jovem Guarda) e “Eu te amo, meu Brasil” (composta por Don, da dupla Don e Ravel, e interpretada por “Os Incríveis”) e os slogans “O Brasil é feito por nós”, “Brasil, ame-o ou deixe-o” tomam conta dos meios radiofônicos, televisivos e salas de cinema, enquanto jornais, revistas e livros são amordaçados pela censura e as empresas editoras compensadas por fartas verbas da propaganda governamental com igual propósito: é proibido questionar atos do governo. Ao iniciar sua gestão, vale-se da campanha do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que também contava com uma marchinha, “Você também é responsável, então me ensina a escrever...”, composta e interpretada

pela dupla de cantores Don e Ravel (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

Apoiado no “milagre econômico”, o até então obscuro economista Antônio Delfin Netto, poderoso homem da Fazenda e aliado do todo-poderoso estrategista do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, empreendem uma ousada campanha ufanista, bem nos moldes do Mobral, tendo como foco o “sonho da casa própria” (por meio do Sistema Financeiro de Habitação, materializado no Banco Nacional de Habitação, BNH, extinto nos primeiros anos da Nova República) e do acesso creditício para a aquisição do fusca, “o primeiro carro do trabalhador brasileiro”. Essa equação havia sido obtida quase compulsoriamente com o setor financeiro e industrial, aliados de primeira hora que não podiam “abandonar o barco” (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

Com a ajuda pública da à época Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a Seleção Brasileira de Futebol com todos os seus craques, tricampeões mundiais, transforma a conquista da Taça Jules Rimet em “vitória da revolução”. O carro-chefe da propaganda era o “hino” feito pelo radialista Miguel Gustavo Werneck de Souza Martins para a Copa do Mundo de 1970, no México, “Noventa milhões em ação / pra frente, Brasil / do meu Coração... / Todos juntos vamos / pra frente, Brasil / Salve a Seleção...” Até Pelé, celebrado como rei do futebol, vira garoto-propaganda do partido do regime, a Arena, e percorre o país declarando seu amor pelo Brasil. Irônicos, os críticos do regime diziam “onde a Arena vai mal, um jogo do [Campeonato] Nacional; onde a Arena vai bem, um jogo também” (GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000; AGOSTINO, 2002).

Dentro de uma estratégia de marketing nunca antes vista no Brasil, um conjunto de megaprojetos de infraestrutura foi lançado. E “desbravar a Amazônia” passou a ser a palavra de ordem, por meio de um ousado projeto de colonização e a construção natimorta da Transamazônica, bem como obras igualmente megalomaniacas como a Ponte Rio-Niterói e algumas usinas hidrelétricas, como a de Urubupungá e o anúncio de Itaipu e Tucuruí, foram parte do “Brasil potência”, fruto da pujança dos patriotas no poder. Para dar ideia de distribuição de renda e modernidade, houve um alardeado projeto de casas populares que ficou no elefante branco do Banco Nacional de Habitação (BNH), que mais beneficiou bancos privados e construtoras, além da adoção do fusca (o mesmo Volkswagen que a propaganda nazista usou na Alemanha de Hitler) como “o carro popular” do brasileiro (GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000).

Mas não faltaram escândalos para ofuscar o brilho do triunfalismo auriverde do regime tão logo encerrou o apoteótico e truculento mandato de Médici. Com extrema habilidade, o general Ernesto Geisel, secundado pelo estrategista e ideólogo de 1964 – general Golbery do Couto e Silva, de volta para o primeiro escalão depois de ter sido defenestrado junto com Castelo Branco –, mostra para a sociedade brasileira que em seu governo os superministros Delfin Netto, Jarbas Passarinho e Mário Andreazza seriam, sim,

responsabilizados por abusos cometidos no período anterior (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000). Em abril de 1974, um mês depois de ter tomado posse, Geisel determina que seu ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, anunciasse o primeiro de uma série de escândalos financeiros que viriam à tona, que foi o emblemático Caso Halles, em que o Banco Halles de Investimento foi pivô, como explica o jornalista econômico Aloysio Biondi, no semanário *Opinião*, um dos mais censurados da época:

Sempre contornando a lei, nenhum setor ganhou tanto e proporcionou tanto lucro aos grandes grupos, nos últimos anos, quanto o mercado financeiro. As vítimas diretas foram os investidores que perderam suas poupanças na quebra de financeiras, como em 1968 e 1969, ou na queda de cotações e quotas de Fundos de Investimentos, ante a baixa nas Bolsas, a partir de 1972. / [...] / Depois das estripulias nas Bolsas de Valores em 1971, o mercado financeiro concentrou-se no “jogo de ganhar juros” no “mercado aberto”. Sem que a opinião pública fosse alertada, montou-se uma nova fonte de inflação e de concentração de renda. E de endividamento no exterior — pois o Brasil tomava empréstimos no exterior apenas para serem aplicados em títulos de renda fixa. (BIONDI, 29 abr. 1974, p.17)

A fascistização do regime não foi clemente com os pensadores da Educação, aos quais cobrou elevado ônus, não só pela supressão das liberdades de pensamento e de organização, mas pelas mais mezinhas garantias fundamentais, como a de expressão e de ir e vir. Nesse período, baluartes da dimensão de Paulo Reglus Neves Freire e Darcy Ribeiro precisaram partir para o exílio a fim de poder sobreviver a esse verdadeiro extermínio intelectual. Anísio Spínola Teixeira, um dos maiores pensadores e empreendedores brasileiros do século XX, teve destino diferente: quando, já aposentado, se preparava para concorrer a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, em março de 1971, foi sequestrado, torturado e morto por grupos paramilitares, tendo sido seu corpo encontrado, dias depois, no fosso do elevador do edifício em que morava seu amigo Aurélio Buarque de Holanda, no Rio de Janeiro. Seus algozes não levaram em conta a sua saúde frágil e muito menos seu imenso legado para o Brasil e a humanidade ao sentenciá-lo impunemente à morte, sem o mínimo respeito pela dignidade humana, pela qual dedicara a própria vida (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000; JOSÉ, 2014).

Por outro lado, o golpe militar protagonizado na vizinha Bolívia em meados de agosto de 1971 por dois influentes coronéis do exército – Hugo Banzer Suárez e Andrés Selich Shop, ambos de ascendência alemã –, com a posse do imediatamente promovido a general Banzer em 19 de agosto daquele ano, aproximou os dois generais-presidentes. Em janeiro de 1972, Médici e Banzer se encontram em Corumbá e Ladário, marco da retomada das negociações constantes do denunciado Acordo de Roboré pela bancada da UDN no Congresso Nacional. A partir de então, reiniciam-se as negociações por um acordo energético com base em petróleo e gás natural, somente concluídas no governo do presidente Itamar Galtiero Franco, em 1994, com seu colega Jaime Paz Zamora, em plena vigência do Estado Democrático de Direito (GASPARI, 2002b; VENTURA, 1988; CHIAVENATTO, 1981; BASCOPE ASPIAZU, 1982).

O alinhamento da Bolívia ao bloco de regimes militares sul-americanos sob influência estadunidense na Guerra Fria ofereceu outra face integracionista latino-americana, como a contrapor a tendência progressista pós-guerra de 1945. Assim, além da realização de acordos bilaterais sobre energia, desenvolvimento tecnológico, cooperação recíproca e ações políticas de eliminação de opositores “inconvenientes”, esta região fronteiriça ganha maior ênfase nos programas de convênio cultural entre universidades brasileiras e bolivianas. Por causa do recesso compulsório de três anos decretado por Banzer às universidades bolivianas, estudantes bolivianos constituíam na década de 1970 mais de 15% dos alunos das instituições públicas brasileiras (federais e estaduais), inclusive em Mato Grosso (GASPARI, 2002a; GASPARI, 2002b; AMORIM, 2015; VENTURA, 1988; CARTA, 2000; CHIAVENATO, 1981; BASCOPE ASPIAZU, 1982; ALEXANDRE, 2017).

Em nível regional

Em nível regional, o cenário era igualmente adverso. Os ventos “renovadores”, dos paladinos do novo regime, haviam chegado ao importante centro comercial representado por Corumbá, então primeiro município do estado em arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), após a Constituição Federal de 1988 chamado de “Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços” (ICMS). A mais industrializada e urbanizada cidade do interior de Mato Grosso acaba varrida por uma rajada de perseguições políticas, em que desafetos se transformam em delatores e instigam os novos detentores do poder a retaliar ou simplesmente humilhar, execrar e excluir “corruptos” e “comunistas” do convívio social, sem qualquer pudor ou compaixão (ARAKAKI, 2014; CUNHA, 1984).

Ao mesmo tempo em que o deputado federal Wilson Fadul, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), então ministro da Saúde do presidente João Goulart, era cassado e preso, o deputado estadual Francisco Pecu de Barros Por Deus, também do PTB e base eleitoral em Corumbá, foi preso e confinado por mais de 40 dias num barco-presídio ancorado do outro lado da margem do rio Paraguai, em frente ao porto-geral da cidade. Mais tarde foi cassado e destituído de seu mandato, igual a diversos vereadores eleitos por partidos que eram da base de apoio do governo federal, como o PTB, Partido Social-Democrático (PSD) e Partido Social-Progressista (PSP), cujo representante na Assembleia Legislativa, deputado Rômulo do Amaral, teve sorte talvez melhor que Pecu, mas também sentiu na própria pele os desmandos decorrentes da quebra do Estado de Direito, como veremos adiante. Aliás, não demorou muito para que inclusive udenistas que optaram, já na vigência do bipartidarismo, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida, como o deputado federal Wilson Barbosa Martins, acabassem tendo seu mandato parlamentar cassado (ARAKAKI, 2014; CUNHA, 1984).

Conta Arakaki (2014, p. 3-4), com base em pesquisa de historiadores e depoimentos de perseguidos pelo regime, que

[...] Após ter seu mandato cassado Wilson Fadul foi preso várias vezes. Isso até 1969, quando foi dado oficialmente morto pelo governo militar.³ [Wilson Fadul Filho, entrevista concedida em 5 de junho de 2013.] / Esse assassinato civil o impediu de qualquer ato e durante dez anos – de 1969 a 1979 –, sua mulher recebeu pensão como viúva de um militar da Aeronáutica. Fadul Filho afirma que a mãe nunca recebeu atestado de óbito desse “assassinato civil”, tudo foi feito dentro da Aeronáutica. Wilson Fadul só foi “ressuscitado” em 1979 com o advento da anistia. Posteriormente foi reintegrado à Aeronáutica e inclusive promovido.⁴ [Idem.] Outro parlamentar atingido, o deputado federal Wilson Barbosa Martins pertencia aos quadros da União Democrática Nacional, a UDN. Com o bipartidarismo alinhou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e teve seu mandato cassado em 1968.⁵ [Wilson Barbosa Martins, entrevista concedida em 2005.] / [...] Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso nenhum parlamentar foi cassado.⁶ [As buscas foram realizadas nos Diários Oficiais do Estado considerando algumas publicações que mencionam a cassação do ex-deputado petebista Barros por Deus, da cidade de Corumbá.]

A mesma pesquisadora descortina fatos que sempre ficaram em reiteradas negativas das autoridades da época, como mitos nunca comprovados:

As denúncias contra vereadores do PTB de Corumbá partiram do 6º Comando da Marinha, sediada em Ladário, cidade contígua a Corumbá. A ata número 1111 do dia 4 de maio de 1964 menciona a ocorrência de uma sessão secreta, convocada para o mesmo dia.¹² [Ata nº 1111 de 4 de maio de 1964, p.32-35.] Em tal documento, está registrado o recebimento do ofício nº 0335, de 29 de abril de 1964, do Contra-almirante Acyr Dias de Camacho Rocha, comandante do 6º Distrito Naval, agradecendo as congratulações que foram enviadas pela Câmara Municipal de Corumbá “[...] pela sua participação no movimento armado de 31 de março.” / Ofício, endereçado ao presidente da Câmara, denunciava “[...] vereadores e suplentes implicados em atividades antinacionais [...] que no governo anterior, estavam envolvidos com elementos a soldo de potência estrangeira, que pretendia transformar Nossa Pátria em simples colônia de Moscou.”¹³ [Idem, fl.35.] / Logo a seguir, o presidente da Câmara convoca os vereadores presentes para discutir uma: “[...] matéria relevante e sigilosa”, objeto do ofício do comando do 6º Distrito Naval, recebido pelo legislativo municipal. / Os denunciados eram os vereadores e suplentes, Pedro Paulo de Araújo Lins, João Teixeira e Silva, Waldemar Dias de Rosa e Luís Antônio de Camacho. No ofício, o comandante [do Distrito Naval de Ladário] ainda menciona que tais atividades, de acordo com o Ato Institucional nº 1, eram passíveis de cassação de mandatos “[...] sem prejuízo de qualquer punição”. Nesse momento essas pessoas já se encontravam detidas, umas nas cadeias públicas, outras num navio-prisão. É o caso do Sr. Waldemar Dias de Rosa, ex-vereador, que permaneceu cerca de 36 dias detido no navio-prisão¹⁴. [Entrevista concedida a esta pesquisadora em agosto de 2013, na cidade de Corumbá.] Aos 86 anos de idade, o Sr. Waldemar conta que as prisões começaram a ocorrer em abril. Ele, por exemplo, foi preso no dia 13 de abril, primeiramente ficou detido numa unidade do Exército, depois foi transferido para um navio-prisão.¹⁵ [O Sr. Waldemar foi ouvido pela Comissão da Verdade de Mato Grosso do Sul, e logo após a divulgação de seu depoimento pela imprensa, a Marinha divulgou uma nota oficial negando a existência de navio-prisão em Corumbá.] Foi preso na empresa de cimento onde ocupava cargo de chefia e isso o aborreceu, mas relata não ter sofrido nenhum constrangimento durante este período, a não ser o de permanecer num lugar contra sua vontade e sem poder sair. Tanto ele, quanto o deputado Barros por Deus “foram muito bem tratados.” Depois da prisão, Sr. Waldemar desligou-se da fábrica de cimento onde trabalhava. Era um constrangimento, as pessoas tinham pavor de se avistar ou de conversar com quem tinha sido preso no navio-prisão. A convite, passou a dirigir a Companhia Telefônica de Corumbá, depois na Telebrás e finalmente no Ministério das Comunicações. Lembra que lhe perguntavam como trabalhava no governo sendo um comunista: “eu não era comunista, era competente”, respondia. (ARAKAKI, 2014, p.5-7)

Durante os primeiros anos de implantação do regime de 1964, eram rotineiras as blitz noturnas realizadas, entre a meia-noite e o amanhecer, por soldados das diferentes forças e de várias patentes. Sistemáticamente, todos os imóveis eram vistoriados, fossem moradias ou estabelecimentos comerciais, de todos os níveis sociais e em todos os bairros, houvesse gestantes, idosos, doentes ou não. As casas que tivessem estantes de livros eram as que davam mais trabalho, sobretudo se fossem de outras línguas, mas a

sensatez do chefe da guarnição contribuía para desatar certos imbróglis, como obras clássicas de literatura ou de filosofia que pudessem chamar a atenção à patrulha militar (CUNHA, 1984; CHIAVENATO, 1997).

A título de ilustração, é de conhecimento público o constrangimento por que passou o então jovem radialista e chargista Augusto Alexandrino dos Santos, de codinome Malah, que para desenvolver sua fluência em inglês trocava correspondência em programas de emissoras de rádio de diversos países – BBC de Londres, Voz da América, Rádio Pequim e inclusive a Rádio Moscou –, o que lhe custou ter que passar horas para explicar às autoridades policiais sobre os seus reais propósitos linguísticos, e não ideológicos. Aluno da quarta turma do curso de licenciatura em Ciências oferecido pelo então Centro Pedagógico de Corumbá (CPC), da à época UEMT, Malah jurou nunca mais trocar correspondência com esses fins, tendo ficado amigo dos policiais que o haviam inquirido, alguns deles também universitários (DIÁRIO DE CORUMBÁ, 11 out. 1994).

O novo cenário político repercute na então progressista cidade comercial de intensas atividades culturais e econômicas. A saída de cena de centenas de pessoas comuns até então muda o comportamento do cidadão corumbaense, que nas eleições seguintes ao putsch de 1964 vai trazer novos protagonistas para representá-lo na esfera estadual: o professor e advogado José Ferreira de Freitas e o dentista e empresário Carlos Ronald Albaneze, pela Arena, e o taxista e comerciário Cecílio de Jesus Gaeta, pelo MDB. Este último, recordista em reeleições na história política corumbaense, contou por diversos anos com o apoio espontâneo de um grupo discreto de senhoras católicas. Elas tiveram a ideia de lhe dar, no início dos comícios, uma de cada vez, uma rosa vermelha (daí o bordão de “roseiral querido”), sempre com a trilha sonora despolitizada de “A namorada que sonhei”, do cantor e compositor Nilton César, durante os 16 anos de campanhas vitoriosas. A rosa era uma alusão ao velho trabalhismo, expurgado da cena política naquele momento, como expôs a então cinquentenária senhora Eva Maria Granha de Carvalho, legionária mariana, ex-apoiadora do MDB e depois fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi candidata a vice-prefeita e a vice-governadora (DIÁRIO DE CORUMBÁ, 11 out. 1994).

Corumbá, em 1965, fora determinante para afirmar a eleição do então candidato Pedro Pedrossian, como reduto trabalhista histórico. Isso levou o recém-empossado governador a chamá-la de “pupila de meus olhos”, e como gesto de gratidão entregou uma nova estação de captação e de tratamento de água para o então Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), vinculado à prefeitura. Também, ampliou o horário de funcionamento da termelétrica local das Centrais Elétricas Mato-grossenses (CEMAT) e anunciou a integração da cidade à rede de transmissão da hidrelétrica de Urubupungá, concretizada antes de findar seu mandato. Ganha força, então, a luta pela implantação da Zona Franca de Corumbá (inspirada na de Manaus), cuja mobilização granjeou repercussão surpreendente, mas não sensibilizou a esfera federal, que durante todo o regime de 1964 geriu a referida agenda em compasso de espera: serviu para eleger muitos parlamentares, mas não deixou de ser um anseio irrealizável (CUNHA, 1984).

Apesar de carismático e dos ares “renovadores”, Pedrossian era visto como “adesista” pelos áulicos do regime, pois era oriundo do PSD, de Tancredo de Almeida Neves, líder da oposição. O ranço ideológico udenista, caracterizado pela retaliação, vitimou Corumbá quando sua bancada no Congresso Nacional “denunciou” (isto é, rejeitou a homologação) o Acordo de Roboré, com a Bolívia, coligido ao longo de anos por iniciativa dos governos de Vargas e de Kubitschek, desde o início da construção da ferrovia Corumbá–Santa Cruz de la Sierra, por meio da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, que tinha interface com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (que mais tarde integrou a Rede Ferroviária Federal S/A, Setor Regional 10, ou RFFSA-SR10), da qual Pedrossian foi engenheiro-chefe (DIÁRIO DE CORUMBÁ, 11 out. 1994).

Mesmo assim, Pedrossian, já na Arena, usou seu prestígio para tentar reverter essa derrota parlamentar em Brasília. Nesse ínterim, em suas incessantes visitas à cidade, acelerou a construção da Estação Ferroviária Internacional Brasil-Bolívia, inaugurada em 1º de maio de 1968. Foi a maneira como tentou retribuir ao eleitorado corumbaense sua surpreendente vitória sobre Lúdio Coelho para o governo estadual e referendar o apoio ao seu companheiro de ferrovia, o médico Breno Medeiros Guimarães, também protagonista de uma vitória igual e reconhecidamente apertada – e, mais, questionada – sobre o deputado do PSP (de Adhemar de Barros, legenda muito forte apenas em São Paulo e Corumbá) Rômulo do Amaral, candidato pelo MDB a prefeito nas últimas eleições diretas, antes da conversão em Área de Segurança Nacional por vinte anos, em que seus prefeitos foram nomeados pelo presidente da República, com base em lista tríplice elaborada pelo governador do estado (CORRÊA, 2015).

Sobre o resultado dessas eleições, anos depois confirmado fraudulento, o historiador Valmir Batista Corrêa, professor do Curso de História do CPAN em seus primórdios, revela em sua coluna semanal do *Jornal da Cidade Online*, sob o título “Um caso de corrupção eleitoral em Corumbá”:

O fato ocorreu nas eleições de 15 de novembro de 1966, durante uma ferrenha disputa eleitoral pela prefeitura municipal de Corumbá. [...] Nessa disputa eleitoral de 66 circulou o mirabolante caso das urnas do Leque, local onde funcionava um posto público municipal do mesmo nome, em pleno pantanal da Nhecolândia. [...] houve “falsificações aberrantes e escandalosas de assinaturas de eleitores que não estiveram presentes ao local de votação” [...] “além dos eleitores que enumeramos, muitos daqueles que votaram no Posto Leque não o fizeram com as próprias mãos, pois são deveras diferentes, sem a mínima semelhança às assinaturas nas folhas de votação”. [...] “os responsáveis pela Mesa Receptora de votos não permitiram que o eleitor colocasse o seu voto na urna, sob alegação de que faltava assinatura de um dos mesários e por isso deveria ser colocado em um envelope situado sobre a mesa, para posteriormente ser introduzido na urna pelos membros da própria mesa”. [...] os resultados das duas urnas não apresentaram nenhum voto nulo, nem tampouco em branco. [...] Como foi possível não ter aparecido nem o voto do representante do MDB numa das urnas do Leque? De fato, os votos dessas urnas deram, justamente, a vitória ao candidato da ARENA. [...] subjuice durante quatro anos e somente nos seus estertores foi decidida pela justiça eleitoral a vitória do MDB. [...] (CORRÊA, 6 set. 2015)

Em 13 de junho de 1967 a cidade celebra o Centenário da Retomada de Corumbá – episódio da Guerra da Tríplice Aliança como se denominou a vitória do Brasil sobre as tropas paraguaias que haviam

tomado e incendiado Corumbá três anos antes, ocasião em que Frei Mariano de Bagnaia ficou refém e que depois se incumbiu de cuidar de órfãos e viúvas –, evento cívico adaptado ao momento político então vivido: a efeméride se transforma em solenidade de gala e de afirmação da nacionalidade. Pedrossian, ao lado do recém-empossado prefeito Breno Guimarães, anuncia um conjunto de obras para dar uma nova acepção ao termo “retomada”, associada a “desenvolvimentismo”, pois, como discípulo declarado de Kubitschek, não poderia perder a oportunidade (ROSA, 1993; FREITAS *apud* AQUIDAUANA NEWS, 2007).

Sob o retumbar de fanfarras colegiais e bandas militares de delegações chegadas de Cuiabá, Campo Grande, Três Lagoas, Miranda, Aquidauana e Puerto Suárez (cidade fronteira boliviana), durante o desfile cívico-militar do Centenário da Retomada, Pedrossian e Breno compartilham do ato de anúncio da “Estrada da Integração”, entre Corumbá e Campo Grande, e do Instituto Superior de Pedagogia (ISPC) para a região, de modo a acolher as demandas do eleitorado responsável por sua dupla vitória: contra Lúdio e a UDN, e contra Rômulo e o MDB. Era a “Ala Independente” da Arena (nos demais estados chamada de “Arena 2”), de Pedrossian, a demarcar sua hegemonia no histórico enclave do trabalhismo.

Corumbá à época se ressentia de um esvaziamento igualmente duplo: a) político, causado pelo impedimento de expressivos dirigentes políticos pela nova ordem, impiedosa com seus desafetos, e, b) econômico, resultante da mudança de matriz viária, por conta da inauguração da rodovia Campo Grande–Cuiabá, em detrimento da centenária navegação da Bacia do Prata. A pugna pela implantação de uma faculdade era, portanto, uma questão de honra para segmentos sociais cujos jovens até então só podiam dar continuidade aos estudos em universidades fora do estado e até fora do Brasil.

O clima político vivido pelo país, por certo, contribuiu decisivamente para que a luta pela implantação do ensino universitário não tivesse sido massiva. Diferentemente da intensa mobilização para a criação da Escola Técnica de Comércio de Corumbá, duas décadas antes, como contava o ex-diretor, professor e contabilista Dilermando Luiz Ferra em seus artigos no *Diário de Corumbá* e em *O Momento* entre fins da década de 1970 e início da década de 1990 (falecido em 1994), as articulações para a criação de uma faculdade em Corumbá foram um trabalho de bastidores, envolvendo um seleto grupo de notáveis e os clubes de serviço, muito fortes desde então.

Em sua gênese, há três artífices incontestáveis: o advogado, professor e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas de Mato Grosso e deputado estadual por dois mandatos José Ferreira de Freitas (em um deles líder de bancada do governador Pedrossian), ex-colaborador do Padre Ernesto Sassida como diretor da recém-fundada Escola Alexandre de Castro, mais tarde Cidade Dom Bosco (1962); o influente médico, professor universitário, ex-diretor do CPC e do CEUC, vice-reitor da UEMT, ex-vereador e ex-secretário de Educação de Mato Grosso Salomão Baruki (e depois de aposentado fundador do Instituto de Ensino Superior do Pantanal, IESPAN, seu derradeiro projeto de vida), e o discreto historiador, médico e general

Lécio Gomes de Souza (ex-diretor do Instituto Luiz de Albuquerque, depois Casa de Cultura Luiz de Albuquerque), todos eles membros de uma comissão de notáveis para fundamentar, persuadir e reunir documentos e dados a fim de preparar as condições de sua instalação.

O ISPC e a UEMT

Quando, a 13 de junho de 1967, celebrava-se o Centenário da Retomada de Corumbá, o governador Pedrossian surpreendera a todos os presentes no palanque oficial com o anúncio de sua decisão, de implantar o ensino superior na cidade. Tratava-se de um instituto voltado para a formação de professores, uma das maiores carências do estado. Coube ao líder de seu governo na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, professor e deputado José Ferreira de Freitas, o estudo de viabilidade e a articulação política para concretizar a proposta. Cinco meses depois, o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC) estava criado mediante o Decreto Estadual nº 402, de 13 de novembro de 1967.

Primeiro reitor da pioneira Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o professor, médico e ex-vereador João Pereira da Rosa narra com detalhes, em “As duas histórias da Universidade: 1966 - 1978”, a memorável decisão de Pedrossian:

As reivindicações por escolas de ensino superior que agitavam os jovens campo-grandenses e cuiabanos atingiram Corumbá, encontrando boa guarida no governador Pedro Pedrossian. No [sic] aniversário da cidade, 13 de junho de 1967, juntamente com o secretário de Educação e Cultura, prof. Wilson Rodrigues, e o deputado estadual José Ferreira de Freitas, líder do Governo da Assembleia, reuniram-se outras expressões políticas da cidade: dr. Breno Medeiros Guimarães, prefeito de Corumbá; dr. Lécio Gomes de Souza, secretário de Educação; dr. Cácio da Costa Marques, promotor público; dr. Moisés Amaral e dr. Salomão Baruki, acordando todos na elaboração de um anteprojeto de lei de criação da Faculdade de Filosofia, que o representante da cidade, deputado José de Freitas, apresentaria à Assembleia Legislativa. O governador preferiu criar, através do Decreto nº 402, de 13 de novembro de 1967, o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC), baseado na Constituição do Estado, em seu artigo 34 e na Lei Estadual nº 1.120, de 11 de outubro de 1967. / A autorização para o funcionamento do ISPC fora dada pelo Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 42, de 13 de dezembro de 1967, e três dias depois, o governador do estado, pela Portaria nº 304/67, designou os seis membros efetivos do Conselho Diretor: dr. Lécio Gomes de Souza, dr. Luiz Pedro Ametio, dr. Cleto Leite de Barros, dr. Salomão Baruki, Padre Benjamin de Pádua e profa. Edy Assis de Barros Amaral. Como suplentes: dr. Moisés dos Reis Amaral, dr. Fadel Tajher Yunes, Padre Urbano de Almeida, profa. Ana de Figueiredo Barreto e dr. Cácio da Costa Marques. (ROSA, 1993, p.104)

Em 2007, por ocasião do quadragésimo aniversário do CPAN, o professor José Ferreira de Freitas relatou ao portal *Aquidauana News* dados relevantes para a memória da instituição, constantes da matéria intitulada “Sessão solene: Corumbá comemora 40 anos de curso superior”:

[...] Num dos contatos que teve com o governador, o ex-deputado José de Freitas reiniciou as tratativas para conseguir a primeira faculdade para Corumbá. Levava dados estatísticos bastante expressivos e uma sugestão que anulava o argumento de falta de verbas para a construção do prédio: “levei fotos, externas e internas e metragem das salas do então Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, prédio em que, não havia dúvidas, a primeira faculdade poderia iniciar suas atividades”. [...] lembrou que, obtendo o deferimento de mais essa reivindicação, apresentou o projeto de decreto legislativo, que aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e pela

de Finanças, a propositura foi aprovada em dois turnos, em outubro de 1967, há quarenta anos passados. Estava criado o primeiro curso superior em Corumbá! Faltavam, agora, providências de ordem técnica, para que, analisando-as o Conselho Estadual de Educação, pudesse autorizar o funcionamento do tão sonhado [*sic*] estabelecimento de ensino. Rememorando a ansiedade que sentia de, daí a dois meses, poder presenciar a realização do exame vestibular, o então Deputado Freitas, mais uma vez arregaçou as mangas e passou a fazer os levantamentos, mapas, dados, *curricula vitae* e estatutos que, normalmente, estariam a cargo do Poder Executivo Estadual. Constituindo equipes, em 30 dias já tinha elaborado todos os documentos necessários. “Os Estatutos – relembra, emocionado – foram ultimados às 3 hs. da madrugada, no piso superior do antigo prédio da Prefeitura, na rua 13 de Junho, esquina com a 15 de Novembro.” (AQUIDAUANA NEWS, 27 nov. 2007)

Instalado em seus primeiros três anos no imponente prédio de estilo neoclássico do até então Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (hoje Instituto Luiz de Albuquerque, por projeto do à época secretário de Educação e Cultura Salomão Baruki, na gestão do último governador do Mato Grosso uno, Cássio Leite de Barros), na Praça da República, o ISPC funcionava entre as 17 e as 21 horas, oferecendo os cursos de Pedagogia, Psicologia, História e Letras. Em 1971, passou a funcionar no atual conjunto de blocos da Unidade 1, situada na Avenida Rio Branco, passando a oferecer licenciatura curta em Ciências.

Com a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), pelo Decreto Estadual nº 1.072, de 31 janeiro de 1970, o ISPC foi integrado como Centro Pedagógico de Corumbá (CPC), com base na Lei Estadual nº 2.972, de 2 de janeiro de 1970, passando a estar vinculado à reitoria da Universidade mediante Portaria nº 17/1971, ao lado do Centro Tecnológico de Campo Grande e dos Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Três Lagoas.

O professor Salomão Baruki, então diretor do CPC, designação posterior à criação da UEMT no final do governo de Pedrossian, teve reconhecido seu papel determinante na efetivação da instituição. Os primeiros professores oriundos das mais diferentes universidades do Brasil contam que tiveram conhecimento da existência do CPC por meio dos contatos que ele havia feito ou pedido que alguém o fizesse. Trechos citados por João Rosa (1993, p.104) do emblemático discurso de Salomão Baruki na formatura da segunda turma descrevem bem o horizonte que ele vislumbrava sobre sua própria coletividade:

[...] Corumbá parecia cansada, sem forças, em recesso, desanimada, desencantada, incapaz de acreditar nos outros e, pior ainda, em si mesma. / Não podia continuar nessa situação estagnada, a se corroer e a se consumir. Esta casa, meus senhores, representou o reviver, ou seja, o reanimar do potencial intelectual dessa cidade estrela [...] / São cinco anos de renascer para as lides do trabalho intelectual que se instalou no antigo Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, unidade integrante da Universidade Estadual de Mato Grosso [...] (BARUKI *apud* ROSA, 1993, p.104)

Oriundo do PSD – de Juscelino, Tancredo e Ulysses Silveira Guimarães –, Salomão Baruki teve uma carreira política abruptamente interrompida pelo golpe, que o tornou refém das circunstâncias: muitos correligionários seus, como os igualmente influentes médicos Fadah Scaff Gattass e Cleto Leite de Barros, se abstiveram das atividades políticas durante o regime de 1964. No entanto, seu vínculo com a Educação o fez superar certas diferenças e, primeiro, teve papel estratégico na consolidação da recém-criada UEMT e, no último governo de Mato Grosso uno, ao lado de seu amigo vice-governador Cássio Leite de Barros,

guindado à titularidade com a desincompatibilização do governador José Garcia Neto. Como secretário de Estado de Educação e Cultura, Salomão Baruki criou o Instituto de Pesquisa Regional Luiz de Albuquerque (ILA, anos depois Casa de Cultura Luiz de Albuquerque, quando o governador Wilson Barbosa Martins cria a Fundação de Cultura e o Sistema Estadual de Cultura, do qual as casas de cultura formavam uma rede), nomeando para implantá-lo seu amigo Lécio Gomes de Souza, fiel escudeiro de seu projeto até praticamente o final da vida, no início dos anos 1990.

O professor e pesquisador aposentado Masao Uetanabaro, graduado em História Natural e mestre em Zoologia, corrobora o reconhecimento dos pesquisadores chegados de diferentes regiões do Brasil no início da década de 1970 para a implantação das licenciaturas oferecidas pelo então CPC, de que Salomão Baruki era uma referência, e não por acaso, em 1975, nomeado vice-reitor da UEMT, ao lado do reitor João Pereira da Rosa.

[...] considero o doutor Salomão uma pessoa muito importante para a Educação do estado. Uma pessoa que sempre lutou pela Educação, no tempo de Mato Grosso uno. [...] Era ele o diretor do Centro Pedagógico quando cheguei a Corumbá, no início de 1973. Vim trabalhar no curso de Ciências, então licenciatura curta (de três anos). Somente havia um professor formado em História Natural, como eu, Cláudio Almeida da Conceição. Posteriormente chegou a professora Claudete Anache, senão me engano, também formada em História Natural. [...] A importância desses cursos para o estado foi grande, pois na época havia uma carência de professores com diploma (isto é, muitos professores da rede municipal e estadual, na área de Ciências, eram professores leigos), não tinham formação específica. Normalmente, eram engenheiros, médicos e dentistas que trabalhavam no ensino dessa área. [...] O CPC deu uma contribuição memorável ao aceitar o desafio de oferecer licenciatura curta em Ciências numa unidade avançada em Nortelândia, no extremo-norte de Mato Grosso, para onde íamos de teco-teco, para ministrar aulas concentradas [...] uma verdadeira epopeia. (UETANABARO, 2017)

Uetanabaro, um dos pioneiros da pesquisa no Pantanal Mato-grossense, tem uma farta contribuição em diversas áreas da Zoologia, particularmente nos primórdios dos estudos de herpetologia (rãs, sapos e jacarés) e ninhais, entende como marco a implantação da Base de Pesquisa da UFMS no Pantanal, pelo esforço pessoal do professor e pesquisador Eliézer José Marques, e da qual foi coordenador por seis anos. Nos primeiros anos da UEMT, como professor do CPC, ministrou aulas em unidades avançadas no norte do estado de Mato Grosso uno, em cursos de licenciatura curta voltados para a formação de professores de Ciências.

Por seu turno, a professora e pesquisadora aposentada Gisela Angelina Levatti Alexandre, graduada em Geologia e doutora em Recursos Naturais e Hidrogeologia, ex-diretora do então Centro Universitário de Corumbá (CEUC) e ex-pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UFMS, explicita o impacto com essa realidade:

[...] eu vinha de um contexto universitário complicado, aterrador: minha turma, na Geologia da USP, era do Alexandre Vanucchi Leme (morto no DOI-CODI, ele fora meu companheiro de trabalhos de campo). / Muitos alunos eram militares, ou da Polícia Federal, e eu tinha a certeza de ser observada nas aulas. Como tinham poder, estes alunos eram, em geral, arrogantes, ao contrário, por exemplo, dos alunos bolivianos, gentis, afetivos. / Regionalmente, me surpreendeu a influência das famílias

na política e na instituição. [...] Cheguei em abril de 1974, mas só iniciei as atividades de professora em agosto daquele ano. / Era tudo muito precário, mas a boa vontade era imensa e compensava. O esforço foi muito grande, e não foram poucos os chamados que recebi para largar tudo. Fiquei por amor à causa. [...] Fui professora provisoriamente dos cursos de Psicologia, Administração e Ciências Contábeis, e, definitiva, de Geografia e Ciências Biológicas. O curso de Ciências Biológicas já nasceu na pesquisa. (ALEXANDRE, 2017)

Gisela Alexandre dedicou seu tempo de docência ao fortalecimento da pesquisa, sobretudo no curso de Ciências Biológicas, construindo uma rede de contatos entre pesquisadores de outras universidades brasileiras e estrangeiras. Durante sua permanência na UFMS, pesquisadores como o doutor Detlef Hans Gert Walde – pesquisador alemão que descobriu em Corumbá o fóssil *Corumbella weneri*, com mais de 550 milhões de anos, na década de 1980, e que atualmente é diretor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília – estiveram em Corumbá, trocando experiências científicas. Para a professora, a marginalização de que foram alvo muitos dos pioneiros é o que a marcou profundamente:

O que marcou muito, e foi consequência da marginalização que falei acima, foi a formação de um grupo, mais ou menos coeso, de que participaram de início Gilberto Luiz Alves, Edy Assis de Barros, Valmir Batista Corrêa, Lúcia Salsa Corrêa, Vera Lúcia Abrão, José Carlos Abrão, José Finocchio, Masao Uetanabaro, Luiz Carlos Mesquita, eu. Posso ter esquecido nomes. O que nos uniu, além da solidariedade, foram princípios de ética (depois, algumas grandes desilusões) na condução do Centro. Lutávamos por motivos que não eram o individualismo e interesse pessoal, lutávamos pelo coletivo, pelo futuro que acreditávamos que esse coletivo merecia. [...] Fizemos oposição ao atraso. Isso custou-nos muita coisa, mas trouxe momentos marcantes, enriquecedores. Também nunca mais fomos os mesmos. Nem poderia ser de outra forma. [...] Aprendi com eles, esses colegas intimoratos, a ser corajosa também, a não fugir da luta, a entender os momentos difíceis. E chorar, mas nunca desistir... [...] Acredito que, por trás de todos nós, considerados que fomos de vanguarda, vamos encontrar a figura ética, de respeito às opiniões alheias, de esforço em promover o trabalho científico e estimular a todos sem distinção de princípios políticos, que desde sempre apresentou qualidade do trabalho que desenvolveu, e por tudo o que nos ensinou: o Gilberto Luiz Alves. (ALEXANDRE, 2017)

Os professores e pesquisadores aposentados Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa, graduados em História e doutores em História Regional e Social e Econômica, respectivamente, são pioneiros no curso em História, desde os tempos do ISPC, e, ao lado do também professor e pesquisador Gilberto Luiz Alves, graduado em Pedagogia e doutor em História da Educação, desenvolveram diversas iniciativas dentro do então CEUC e mais tarde na UFMS, em Campo Grande. Além de terem contribuído para a criação da Revista *Dimensão*, nos primórdios do CPC, esses professores, mais tarde, foram determinantes para a criação do Conselho Editorial da UFMS e à criação de alguns cursos de pós-graduação, como o efêmero curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de Especialização em História da América Latina, entre 1990 e 1991, em Corumbá, e a criação da Revista *Albuquerque*, vinculada à pós-graduação em História, em Campo Grande.

Como professor, fui militante e sempre defendi e briguei pelo curso de História do CEUC. Rompi as barreiras de convivência que sempre separavam a Universidade da vida cotidiana da cidade e procurei integrar-me nas questões locais. De certa forma havia um isolamento e um distanciamento entre a Universidade e a cidade e o município. Com os colegas Lúcia Salsa Corrêa e Gilberto Luiz Alves, começamos uma campanha de divulgação, preservação e tombamento do patrimônio

histórico e arquitetônico de Corumbá. Esta luta criou conflitos com moradores e proprietários de prédios antigos que não entendiam o valor dos imóveis como bens patrimoniais coletivos e acreditavam ser necessário derrubá-los ou reformá-los para a modernização da cidade. Na verdade desconheciam o que era tombamento de patrimônio histórico e achavam que éramos comunistas. Este embate motivou anos mais tarde a publicação, pelo Senado Federal, de uma obra intitulada “O Casario do Porto de Corumbá” (1985), escrita a seis mãos (Gilberto, Lúcia e eu), que se tornou uma referência para o posterior tombamento do casario do porto. [...] O meu envolvimento com a cidade levou-me a ser convidado para assumir a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. As propostas inovadoras então aplicadas e o prestígio conquistado possibilitaram-me ser eleito vereador por dois mandatos. Meus alunos e ex-alunos, desde 1971, foram meus principais eleitores e apoiadores. Participei do processo de redemocratização e sou fundador do antigo PMDB em Corumbá. Depois, filiei-me ao PT e ao PSB, do qual fui presidente regional. [...] (CORRÊA apud VICENTE & OLIVEIRA, 2015, p.143-4)

A professora Lúcia Salsa Corrêa, no recorte a seguir, traz à luz uma obra desconhecida pela população, o livro didático “Terra Verde – Estudos Sociais”, de 1976 (uma disciplina da época da Lei Federal nº 5.692/1971, que reunia conteúdo de História e Geografia para as séries do ensino fundamental). Por razões não muito claras, a publicação, depois de editada, não foi distribuída aos alunos da rede pública:

Fui indicada pelo Gilberto Luiz Alves para produzir um livro didático sobre a região de Mato Grosso a ser editado pelo FTD e distribuído nas escolas de todo o estado pela Secretaria de Educação do MT, para o que hoje se chama ensino fundamental. Éramos todos contra a imposição arbitrária dos Estudos Sociais, pelas óbvias razões ideológicas. Houve uma total desvalorização dos campos do saber da História e da Geografia, inclusive reduzindo as aulas semanais dessas áreas nas escolas. Na Universidade tivemos que engolir a mudança goela abaixo e, no Centro de Corumbá, criamos um mecanismo de atrelamento do curso de Estudos Sociais de Licenciatura Curta ao curso de História de Licenciatura Plena, induzindo os alunos a fazer os dois. Assim, o aluno que cursava os 4 semestres de ES no antigo CEUC poderia prosseguir os estudos fazendo mais 4 semestres, diplomando-se em licenciatura plena em História também. Posteriormente, o curso de ES foi extinto e ajudamos a criar a licenciatura plena em Geografia no CEUC. Quanto ao livro didático que editei, a principal motivação foi levar às crianças do estado um conhecimento de história e de geografia regionais, pois todas as escolas de MT usavam livros e textos de história e de geografia do Brasil que jamais mencionavam nosso estado. Mas, a edição demorou a sair e houve a criação do MS, inviabilizando a sua distribuição. (CORRÊA apud BENTO & OLIVEIRA, 2015, p.190)

A despeito das dificuldades operacionais decorrentes da gestão da UFMS à época, o então CEUC protagonizou iniciativas memoráveis, como o VII Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), realizado em junho de 1984. Com a presença de pesquisadores de várias universidades brasileiras e do professor Célio Cunha, diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o evento foi comparado a uma “mini-SBPC”, tamanha a amplitude e profundidade dos temas propostos e discutidos. Na ocasião, diversos pesquisadores apresentaram resultados de suas pesquisas, entre os quais o professor Cláudio Almeida da Conceição, de aproveitamento ecológico (para fins de despoluição) dos aguapés, e do professor Eliézer José Marques, de estudo de manejo do jacaré do Pantanal. Sobre essas iniciativas, a professora e pesquisadora aposentada Maria Angélica de Oliveira Bezerra, graduada em Biologia e doutora em Ecologia e Recursos Naturais, fez este relato:

[...] Cheguei no CEUC após o SEPE de 1984, mas participei do IX Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão realizado em 1994 (dez anos depois). A experiência foi muito gratificante porque foi somente após essa participação que conheci e troquei informações com muitos colegas distribuídos

nos diferentes setores da UFMS. É uma pena que mesmo após muita luta por parte dos docentes/pesquisadores não foi mais possível a realização de tal evento. A universidade tem um grande corpo docente distribuído por todo o estado de MS e o SEPE permitia esse encontro. O seminário era ainda mais importante considerando a precariedade nos meios de comunicação durante aquela época. Infelizmente a UFMS não realizou mais o evento. [...] (BEZERRA, 2017)

Pesquisadora com atuação no Pantanal por 25 anos, com importantes contribuições que repercutiram em jornais do exterior, como o “El País” (Espanha), Bezerra faz uma importante reflexão sobre as perspectivas da pesquisa em Corumbá:

[...] A UFMS já deveria ter criado condições para que o campus de Corumbá se transformasse num grande centro de estudos voltados para o Pantanal. Em diversos momentos essa proposta foi levantada sem nenhum sucesso. Inclusive a Base de Estudos da UFMS no Passo do Lontra (município de Corumbá) foi criada com esse objetivo. Quando essas questões são levantadas não há apoio de muitos professores por acreditarem que essa ação favorece somente os estudos ambientais. / É importante lembrar que o Pantanal é um ecossistema único onde o campus de Corumbá está inserido. A região do Pantanal necessita fortemente de estudos que visem o conhecimento da sua biodiversidade, não esquecendo os aspectos culturais e sociais. As comunidades que vivem nessa região carecem de escolas e atendimento médico. É comum encontrar moradores sem documentação de identificação. Nessas condições os pantaneiros ficam submetidos a qualquer forma de trabalho, sem seus direitos sociais garantidos. Importantes atividades culturais que poderiam se transformar em retorno econômico para essas comunidades estão desaparecendo. / Pelo exposto acredito que a antiga proposta ainda é extremamente atual: transformar o campus do Pantanal num importante polo de pesquisas sobre o Pantanal (aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos, etc). Infelizmente a política universitária não avançou nesse aspecto e acredito que ainda serão encontrados os mesmos obstáculos do passado. (BEZERRA, 2017)

O engenheiro civil Francisco Fausto Matto Grosso Pereira, professor aposentado, ex-vereador e ex-secretário de Estado de Planejamento e Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, foi pró-reitor de Extensão e Assuntos Estudantis em meados da década de 1990, quando a UFMS realizou duas edições do Festival de Corumbá, em abril de 1996 e setembro de 1997. Foram duas edições memoráveis, numa *avant première* do que viria a ser o Festival América do Sul a partir de 2004. Inspirada no Festival de Ouro Preto (universitário), a Pró-reitoria da época envolveu todos os segmentos da comunidade universitária a ponto de lembrar eventos como o emblemático SEPE. Crítico do período autoritário da UEMT, Fausto Matto Grosso foi demitido dois anos depois de ter ingressado à universidade, em 1974, mas retornou por conta da anistia, em 1988.

[...] Meu período inicial de docência ocorreu entre os anos de 1972 e 1974. Afastado compulsoriamente da UEMT, permaneci afastado da instituição durante 14 anos, só voltando a ser reincorporado 14 anos depois, em 1988, em função da anistia política. Após esse retorno, fui candidato a Reitor e, como parte de uma luta pela afirmação da Universidade e da demanda de indicação do professor mais votado. No contexto dessa luta, foi formada uma aliança que me conduziu ao cargo de pró-reitor de Extensão e Assuntos Estudantis, onde era conduzida a política cultural da Universidade. Foi um período rico para essa atividade. / [...] A UEMT era uma universidade com implantação recente. As suas carências materiais retratavam essa situação, mas ao mesmo tempo teve o mérito de novos atrair quadros intelectuais e técnicos para o estado. O choque do novo com o velho, acho que pode ser a caracterização do efeito da criação da Universidade. Tal situação se manifestava, em relação ao CPC, em intensa luta interna, que o marcou por muitos anos. / No plano da política universitária, a implantação da Universidade foi muito precária e gerou uma série de conflitos internos. Durante os anos iniciais funcionou de maneira profundamente autoritária, sem a existência de Regimento e dos órgãos colegiados. O Estatuto era meramente formal, sendo a

Universidade conduzida com centralização absoluta das decisões na figura do Reitor nomeado. Ligada ao governo do Estado, sua autonomia, em tempos de exceção, era mínima. Acima da figura do reitor existia o chanceler, o governador do estado e do vice-chanceler, o secretário estadual de Educação, tendo como grau de recurso para as pendências um Conselho Estadual de Educação também controlado politicamente. Vigiando todo o funcionamento da Universidade existia uma Assessoria de Informação e Segurança, com responsáveis desconhecidos, como de resto ocorria em todos os órgãos públicos no período da ditadura. (PEREIRA, 2017)

Embora o número de docentes e pesquisadores pioneiros consultados tivesse sido maior, somente foram citados os que responderam ao questionário dentro do prazo estabelecido para poder elaborar o artigo. Entretanto, independentemente da área de estudos ou a época em que exerceram as atividades no CPAN, foram unânimes em seu reconhecimento das dificuldades existentes e, sobretudo, em seu compromisso para a concretização desse projeto ambicioso

Considerações Finais

Fruto da necessidade de resgatar o contexto histórico (nacional e regional) em que o ISPC (hoje CPAN) foi criado e as adversidades vividas pelos professores e pesquisadores pioneiros, este artigo não tem outra pretensão que instigar o leitor – particularmente aquele que for membro da comunidade acadêmica de Corumbá e Ladário – a assumir o protagonismo da defesa da universidade pública, sobretudo nestes tempos em que o mercado oferece outras modalidades de cursos universitários.

Ao constatar, pelos depoimentos coletados por meio de pesquisa bibliográfica e dos questionários oferecidos aos docentes e pesquisadores pioneiros, o propósito inarredável dos precursores de construir uma instituição pública focada no ensino e na pesquisa em tempos adversos, enraizada numa região simultaneamente difícil, pelas condições objetivas, e cativante, pela peculiaridade de seu bioma e de sua população, isto é, de sua história.

Para concluir, e a título de reflexão, o atual CPAN chega ao seu jubileu de ouro com o mesmo desafio – continuar enfrentando limitações aparentemente intransponíveis: uma localização adversa, distante dos centros de decisão e próxima da Bolívia, com poucos recursos e uma política que não assegura a fixação dos docentes-pesquisadores em sua sede. Cabe, pois, às novas gerações e à população local o compromisso de se apropriar de seu patrimônio e potencializar suas ações, em consonância com os interesses das amplas camadas sociais da região.

Referências

- AGOSTINHO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- ALEXANDRE, Gisela Angelina Levatti. Entrevista semiestruturada concedida por email a Ahmad Schabib Hany. São Paulo (SP), 21 ago. 2017.
- AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder: Uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.

AQUIDAUANA News. Portal de notícias. *Corumbá comemora 40 anos de curso superior*. Entrevista a José Ferreira de Freitas. Aquidauana, 27 nov. 2007. Disponível em: <http://www.aquidauananews.com/0,0,00,1459-113720-SESSAO+SOLENE+CORUMBA+COMEMORA+40+ANOS+DE+CURSO+SUPERIOR.htm>. Acesso em 9 ago. 2017.

ARAKAKI, Suzana. Notas sobre a ditadura militar no sul de Mato Grosso: ação, reação, repressão. *História em Reflexão* (revista eletrônica). UFGD. Dourados (MS), v.8, n.15, jan./jun., 2014. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4587/2014_arakaki_notas_sobre_ditadura_OK.pdf?sequence=1&isAllowed=y (originalmente em: ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/3359/1838). Acesso em 6 ago. 2017.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida, et al. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/333152/dossi%C3%AA-dos-mortos-e-desaparecidos-pol%C3%ADticos-a-partir-de-1964>. Acesso em 11 mar. 2017.

BASCOPE ASPIAZU, René. *La veta blanca: coca y cocaína en Bolivia*. La Paz: Ediciones Aquí, 1982.

BENTO, Victor Caero; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. Entrevista com Lúcia Salsa Corrêa. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.4, n.8, jan.-jun., 2015.p.190-195. Disponível em: http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/1089/pdf_70. Acesso em 16 ago. 2017.

BEZERRA, Maria Angélica de Oliveira. Entrevista semiestruturada concedida por email a Ahmad Schabib Hany. Aracaju (SE), 31 ago. 2017.

BIONDI, Aloysio. O caso Halles: As razões da advertência. *Semanário Opinião*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 77, p.17, 29 abr. 1974. Setor de Hemeroteca Digitalizada da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=123307&pagfis=1740&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 15 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. *Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos processos da série Movimentos Contestatórios*. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/conteudo/servicos_ao_cidadao/instrumentos-de-pesquisa/pdf/DSI--Processos-final-13-set.pdf. Acesso em 8 ago. 2017.

CARTA, Mino. *Castelo de Âmbar*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *Bolívia com a pólvora na boca*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 6.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CORRÊA, Valmir Batista. Um caso de corrupção eleitoral em Corumbá. *Semanário Jornal da Cidade Online*. Campo Grande, 6 set. 2015. Disponível em: <http://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/1067/um-caso-de-corrupcao-eleitoral-em-corumba>. Acesso em 14 ago. 2017.

COSTA, Marcelo. Altino Rodrigues Dantas Junior. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/altino-rodrigues-dantas-junior>. Acesso em 30 jul. 2017.

CUNHA, Adolpho Emydio. *Memórias de um ex-poaieiro*. São Paulo: Revista Resenha Tributária, 1984.

DIÁRIO de Corumbá. *Anos de chumbo*. PEREIRA, Márcio Nunes (diretor). Corumbá (MS), 11 out. 1994, p.6.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. Wilson Fadul. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/wilson_fadul. Acesso em 30 jul. 2017.

ESTADÃO. Acervo Estado. Portal de O Estado de S. Paulo. *Personalidades: Médici* (Emílio Garrastazu Médici). Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,medici,552,0.htm>. Acesso em 25 jul. 2017.

FOLHA de S.Paulo. Acervo Folha. Portal do jornal Folha de S.Paulo. 1968: Ato Institucional n.5. Os personagens. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/emilioGarrastazuMedici.html>. Acesso em 27 jul. 2017.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Col. As Ilusões Armadas. v.1. São Paulo: Cia. das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Col. As Ilusões Armadas. v.2. São Paulo: Cia. das Letras, 2002b.

JOSÉ, Emiliano. O assassinato de Anísio Teixeira. Revista *CartaCapital*. São Paulo, ano 20, n.1016, p.43, 13 jan. 2014. Disponível em versão digital pelo link <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-assassinato-de-anisio-teixeira-2603.html>. Acesso em 30 jul. 2017.

KORNIS, Mônica. Humberto de Alencar Castelo Branco. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>. Acesso em 30 jul. 2017.

LEMOS, Renato. Arthur da Costa e Silva. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Costa%20e.pdf>. Acesso em 30 jul. 2017.

MALIN, Mauro; COSTA, Marcelo. Severo Gomes. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>. Acesso em 30 jul. 2017.

MORENO, Jorge Bastos. A história de Mora, capítulo 17: “Severo é irmão!”. Ex-ministro de dois governos militares era odiado pelos empresários de comunicação. *O Globo*. Portal de notícias do diário carioca “O Globo”. Rio de Janeiro, 4. fev. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/a-historia-de-mora-capitulo-17-severo-gomes-irmao-3883614>. Acesso em 21 jul. 2017.

PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso. Entrevista semiestruturada concedida por email a Ahmad Schabib Hany, Campo Grande (MS), 31 ago. 2017.

QUARTI, Márcia. Pedro Pedrossian. Wilson Barbosa Martins. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedrossian-pedro>, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-barbosa-martins>. Acesso em 30 jul. 2017.

REIS, Antônio Carlos Konder. Constituição de 1967. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1967>. Acesso em 30 jul. 2017.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ROSA, João Pereira da. *As duas histórias da Universidade: 1966-1978*. Campo Grande: Fundação Olívia Pereira de Souza, 1993.

TRAMARIM, Eduardo. Constituição promulgada em 1967: Constituição que buscou legitimar o governo militar autoritário. *Câmara é história*. Acervo da Rádio Câmara. Câmara dos Deputados. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339391--CONSTITUICAO--PROMULGADA-EM-1967--CONSTITUICAO-QUE-BUSCOU-LEGITIMAR-O-GOVERNO-MILITAR-AUTORITARIO-%28-07-55-%29.html>. Acesso em 25 jul. 2017.

UETANABARO, Masao. Entrevista semiestruturada concedida por email a Ahmad Schabib Hany. Campo Grande (MS), 18 ago. 2017.

UFMS. Portal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/campus-ufms/campus/campus-do-pantanal-corumba/>. Acesso em 15 ago. 2017.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VICENTE, Laíssa Thaila; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entrevista com Valmir Batista Corrêa*. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.5, n.9, jul.-dez., 2015.p.142-148. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/1835/1231>. Acesso em 16 ago. 2017.